

Saúde Pública ao Centro

Boletim do Centro Regional de Saúde Pública do Centro

N.º 2 ▪ Janeiro-Março de 2005



Centro Regional de Saúde Pública do Centro

ÍNDICE

Editorial

*In memoriam: Dr. Rui
Couceiro Neto da
Silva (1937-2005)*

**Destaque: Colóquio
ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS E
SAÚDE**

Notícias

**Aconteceu no
CRSPC...**

Agenda: formação

**Leituras
aconselhadas**

Edições do CRSPC

**Locais de interesse
na *Internet***

**Opinião: *Vida
saudável no local de
trabalho***

**Actualidades
legislativas: *Campos
electromagnéticos***

**Em debate:
*Laboratórios de
Saúde Pública***



Ministério da Saúde

N.º 2 ◆ Janeiro - Março de 2005

Director:

Dr. José Manuel Azenha Tereso

Directores-adjuntos:

Dr. Fernando José Lopes (CRSPC)

Enf^a Maria Alice Quintas Santos Alves Carvalho (CRSPC)

Dr. José Manuel Lopes de Almeida (Aveiro)

Dr. José Tavares Fernandes (Castelo Branco)

Dr^a Maria Benilde Gomes Faria Moita (Coimbra)

Dr^a Maria José Pereira Dias Cardoso Ferreira (Guarda)

Dr. Jorge Manuel Marques Cordeiro da Costa (Leiria)

Dr. José Armando Marques Neves (Viseu)

Conselho redactorial:

Luís Oliveira (LO)

luisoliveira@arscentro.min-saude.pt

Eduardo Duarte (ED)

asmvelho@srscoimbra.min-saude.pt

Lúcio Meneses Almeida (LMA)

lucioalmeida@arscentro.min-saude.pt

João Breda (JB)

joaobreda@arscentro.min-saude.pt

COLABORADORES NESTE NÚMERO:

FERNANDO LOPES, médico de Saúde Pública

ISABEL LANÇA, engenheira do ambiente

JOSÉ ANTÓNIO COIMBRA, enfermeiro de Saúde Comunitária

Conselho permanente:

Alberto Tavares, Ana Félix, António Morais, Cândida Ramos, Carmen Clara Soares, Cristina Santos, Eugénio Cordeiro, Graça Amaral, Ilídia Duarte, Ilídio Ferreira, Isabel Lança, João Breda, João Crisóstomo Borges, Lúcio Meneses de Almeida, Luís Oliveira, Maria João Pedroso, Rosa Castela, Sofia Bernardes, Sónia Veloso

Conselho Consultivo do Centro Regional de Saúde Pública do Centro:

Cristina Carmona, Eduarda Oliveira, Isabel Neves, Manuela Estêvão, Marques Neves, † Rui Couceiro

EDITORIAL

Passados três meses sobre a edição do número 0 do boletim “SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO”, lançamos este número 2, já sentindo o peso da responsabilidade dos dois números anteriores (números 0 e 1).

O propósito fundador deste Boletim - servir de **elo de união e de actualização** entre todos os profissionais de saúde pública da Região – mantém-se e funciona como “energia vital” para a sua edição. Criámos um *e-mail* próprio para o Boletim (boletim.crspc@arscentro.min-saude.pt) – discriminando-o positivamente relativamente ao restante correio electrónico – para onde poderão ser enviadas as contribuições dos nossos leitores.

A breve prazo, pretendemos disponibilizar a todos os cibernautas (incluindo público em geral) um *site* próprio; para tal, contamos com o apoio técnico e institucional da ARS do Centro, a quem desde já agradecemos publicamente.

Mais uma vez o CRSPC organizou um Encontro da maior relevância, inserido no Ciclo de Colóquios deste Centro Regional e dedicado à *Promoção da Segurança de Crianças em Jovens/prevenção de acidentes*, tendo sido distribuído um Guia de Prevenção de Acidentes em CD.

Estiveram presentes mais de duas centenas de pessoas, oriundas da Região e mesmo de outras zonas do País – o que prova em como estes encontros extravasaram a sua dimensão regional original para atingirem uma amplitude nacional (não só em função dos prelectores, mas sobretudo pelo público presente).

Não posso deixar de expressar uma palavra de reconhecimento aos organizadores deste Encontro – inserido nas actividades do Programa de Prevenção de Acidentes do CRSPC – e ao Secretariado.

Outra novidade, que muito honra este Centro Regional e todos os profissionais de saúde pública da região, é o facto da Região Centro vir a acolher o *I Fórum Ibérico sobre Gripe*.

Este encontro científico irá realizar-se nos dois países - em sessões idênticas e com os mesmos prelectores - no próximo mês de Junho. Organizado pelas Direcções-Gerais da Saúde de Portugal e de Espanha, decorrerá em Madrid (1ª edição) e em Coimbra (2ª edição) e terá como finalidade a discussão e troca de conhecimentos relativos a um tema da maior actualidade. Cabe ao CRSPC secretariar este encontro em Portugal.

O Boletim “SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO” e a Saúde Pública nacional está, desde o passado mês de Fevereiro, mais pobre pelo falecimento de um dos seus mais dedicados e competentes profissionais – o Colega e Amigo Dr. Rui Couceiro Neto da Silva. É difícil exprimir em palavras o sentimento de tristeza e pesar que assolou todos os que com ele privaram e que tiveram a oportunidade de conhecer as suas inextinguíveis qualidades profissionais e humanas.

O Senhor Dr. Rui Couceiro exercia as funções de Adjunto do Delegado Regional de Saúde do Centro e de Director-Adjunto do Boletim “SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO”.

Em meu nome pessoal e em nome de todos os colaboradores do CRSPC, reitero os nossos mais sentidos pêsames à sua Família e dedico o presente número a essa figura ímpar de Médico e de Cidadão que é o Dr. Rui Couceiro Neto da Silva. A sua memória estará, para sempre, presente entre nós.

Um agradecimento especial à Sub-região de Saúde de Castelo Branco, que possibilitou a impressão de mais este número e à Administração Regional de Saúde do Centro pela assunção dos respectivos encargos financeiros.

José Manuel Azenha Tereso

Coordenador do Centro Regional de Saúde Pública do Centro

“IN MEMORIAM”: DR. RUI COUCEIRO NETO DA SILVA

Faleceu no passado dia 16 de Fevereiro, vítima de doença prolongada, o Senhor Dr. Rui Neto Couceiro da Silva, Adjunto do Delegado Regional de Saúde do Centro e Director-Adjunto do Boletim “SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO”.

Nascido a 19 de Maio de 1937, no concelho da Marinha Grande, o Dr. Rui Couceiro era Chefe de Serviço de Saúde Pública desde Maio de 1982. Licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra foi, enquanto estudante, dirigente da Associação Académica de Coimbra.

Iniciou a sua actividade na carreira médica de Saúde Pública em 1972, como Delegado de Saúde de 2ª classe, em prestação eventual de serviço (até 1976) no Centro de Saúde Distrital de Leiria. Exerceu, ainda, funções de Director de Saúde no Centro de Saúde Distrital da Guarda (1976) e, posteriormente, no Centro de Saúde Distrital de Leiria (de 1976 a 1982). Nomeado Autoridade Sanitária do Distrito de Leiria em 1984 e Adjunto do Delegado Regional de Saúde do Centro em 1994, acumulando funções de Delegado Concelhio de Saúde da Marinha Grande.

Exerceu, ainda, cargos de Administração em Saúde – nomeadamente, Presidente da Comissão Instaladora da Administração Distrital dos Serviços de Saúde (1977-1982), vogal médico da Comissão Instaladora da ARS de Leiria (1982-1984), Presidente da Comissão Instaladora da ARS de Leiria (de 1984 a 1987), tendo sido nomeado Coordenador da SRS de Leiria em 1996.

Profundamente ligado ao concelho da Marinha Grande, donde era natural, o Dr. Rui Couceiro foi Presidente da Direcção do Centro de Saúde da Marinha Grande durante 10 anos (de 1985 a 1995) sendo seu Delegado Concelhio de Saúde.

Exerceu funções de assessor no Gabinete do Ministro da Saúde em 1983, tendo recebido um louvor por parte do Senhor Ministro Maldonado Gonelha. Destacamos um excerto do despacho publicado em Diário da República em Novembro de 1985 e assinado pelo Ministro da Saúde, que refere: *“Encarregado do acompanhamento das actividades do Gabinete com os hospitais e com as administrações regionais de saúde, mostrou-se possuidor de amplos conhecimentos, de elevado nível de capacidade profissional e de permanente disponibilidade.”*

No decurso da sua brilhante carreira, o Senhor Dr. Rui Couceiro Neto da Silva recebeu, ainda, louvores do Gabinete da Senhora Ministra Maria de Belém Roseira (datado de 1999) e da Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários (datado de 1987).

O Conselho Redactorial e todos os colaboradores do Boletim “SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO” endereçam à Família enlutada as mais sentidas condolências.

LMA

DESTAQUE

Colóquio “Alterações climáticas e saúde” (Coimbra, 19 de Maio)

No próximo dia 19 de Maio, vai realizar-se no auditório da Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra/Escola Superior de Enfermagem Bissaya-Barreto (junto ao Hospital Geral dos Covões) mais um encontro de reflexão organizado pelo CRSPC – desta feita dedicado ao Ambiente e suas implicações sobre a saúde humana.

Este colóquio pretende reflectir sobre os impactes combinados das alterações do clima no ambiente físico, económico e na própria sociedade - desde a disponibilidade dos alimentos, à qualidade da água de consumo humano e ao impacte nos ecossistemas.

As inscrições – gratuitas mas disponíveis à capacidade do Auditório - poderão ser feitas até ao dia 17 de Maio (mediante impresso próprio) para o CRSPC, Rua Augusta, 27-1º, 3000-061 Coimbra – ou através do fax nº 239 483 077.

LMA

9h00: **Abertura do Secretariado**

9h30: **Sessão de Abertura**

Dr. Francisco George, Sub-Director Geral da Saúde
Dr. José Tereso, Coordenador do CRSPC

10h00: Painel **Alterações Climáticas e Protocolo de Quioto**

Moderadora: Profª. Drª. Ana Isabel Miranda,
Departamento de Ambiente/Universidade de Aveiro
Relator: Engª. Isabel Lança (CRSPC)
Drª. Fátima Espírito Santo (Instituto de Meteorologia)
Engª Cláudia Brandão (Instituto da Água)
Prof. Dr. José Gaspar (Escola Superior Agrária de Coimbra)

11h30: *Intervalo para café*

11h45: **Debate**

12h45: *Almoço*

14h15: Painel **Influências na Saúde**

Moderador: Dr. Fernando de Almeida – Director do INSA

Relator: Dr. Eugénio Cordeiro (CRSPC)

“A perspectiva da Medicina Veterinária” (prelector a designar) – UTMAD

“A perspectiva da Infecçiology” – Dr. Vítor Pombo (HUC)

“A influência do calor e do frio” - Dr. Paulo Nogueira (INSA)

15h15: **Debate**

15h30: *Intervalo*

15h45: Painel **Catástrofes – Tsunami 2004**

Moderador: Dr. Fernando Lopes (CRSPC)

Dr. Luís Castro (CRSPN)

Drª Iolanda Maria Pereira (CS Murtosa/SRS Aveiro)

16h30: **Debate**

17h00: **Conclusões e encerramento**

Dr. Francisco George, Sub-Director Geral da Saúde



NOTÍCIAS

SIDA: declaração obrigatória desde Fevereiro

A portaria nº 258/2005 de 16 de Março incluiu a infecção por HIV na lista das doenças de declaração obrigatória, alterando, desta forma a tabela anexa à portaria nº 1071/98 de 31 de Dezembro, além de anexar o modelo de folha de notificação (ao contrário da portaria nº 103/2005 de 25 de Janeiro, entretanto revogada).

Note-se que este diploma legal prevê a declaração obrigatória de qualquer estágio de infecção pelo vírus da imunodeficiência humana – incluindo portadores assintomáticos (PA) e complexo relacionado com a SIDA (CRS-LGP) – *“e sempre que se verifique mudança de estadiamento ou óbito”*.

Pretende-se com a inclusão desta doença na lista de DDO o conhecimento epidemiológico da infecção em Portugal (monitorização e projecção) por forma a melhor prevenir e controlar esta doença.

O envio da folha de notificação (impresso próprio) é feito para o INSA/Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis.

LMA

Nova legislação relativa à aptidão para o exercício da condução

Foram publicados em Diário da República do dia 23 de Fevereiro os decretos-lei nº 44/2005 e 45/2005. Enquanto que o primeiro diploma, que inclui o Código da Estrada, entrou em vigor 30 dias após a data da sua publicação, o segundo diploma legal (o **Decreto-lei nº 45/2005**) – que entrará em vigor 90 dias após a sua publicação - inclui no seu **anexo III** (pp. 1637-39) as

“Normas mínimas relativas à aptidão física e mental para a condução de um veículo a motor”.

De referir, dentre as principais alterações, a antecipação da idade de revalidação para o grupo 1 (a partir de agora integralmente da responsabilidade do médico assistente – de acordo com o número 3 do Anexo III) para os 50 anos de idade (seguido dos 60 anos, 65 anos, 70 anos e depois de 2 em 2 anos – artigo 4º, p. 1625).

Um aspecto saliente na presente legislação a referência à figura das “autoridades médicas especializadas” – i.e., médicos da especialidade a quem poderá ser solicitado, pelo médico que inspecciona (“autoridade médica competente”), emissão de parecer nos termos da lei (à semelhança do previsto no decreto-lei nº 209/98 de 15 de Julho – que será revogado).

LMA

Novo Plano Nacional de Vacinação aprovado

Foi aprovado por despacho nº 4570/2005 (2ª série) o Plano Nacional de Vacinação de 2005. Trata-se de mais uma revisão e actualização do PNV (em vigor desde 1965), ao mesmo tempo que promove a sua harmonização com os restantes programas europeus.

Dentre as alterações mais relevantes introduzidas por este novo esquema de vacinação universal, temos a introdução da vacina conjugada contra o meningococo C – 3 doses: 3, 5 e 15 meses de idade - a substituição da vacina viva da poliomielite (OPV) pela vacina inactivada (IPV/VIP) e a substituição do componente inteiro da vacina da tosse convulsa (Pw) pelo componente acelular (Pa). Será introduzida uma nova combinação de vacinas já contempladas no PNV anterior – vacina pentavalente (DTPaHibIPV).

LMA

Prof. Pereira Miguel no Conselho Executivo da OMS

O Professor Pereira Miguel, actual Director-Geral da Saúde e Alto Comissário da Saúde, irá integrar a partir de Maio deste ano – e por um período de três anos – o Conselho Executivo da OMS, em representação do sub-grupo da Europa Ocidental.

Trata-se duma nomeação da maior relevância para Portugal, atendendo a que o Prof. Pereira Miguel irá integrar um órgão de gestão estratégica que supervisiona o trabalho técnico e científico conduzido a nível mundial pela OMS, sendo a primeira vez – nos últimos dez anos – que o nosso País o integra.

O Boletim “SAÚDE PÚBLICA AO CENTRO” e todos os seus colaboradores desejam ao Prof. Pereira Miguel as maiores felicidades neste seu novo cargo, altamente prestigiante para Portugal.

LMA

Para mais informações respeitantes às atribuições desta agência consultar o seguinte endereço: http://europa.eu.int/comm/health/ph_overview/strategy/ecdc/ecdc_en.htm.

LMA

Nomeado 1º Director do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças

Zsuzanna Jakab, da Hungria, foi nomeada em Dezembro de 2004 a primeira directora do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (CEPCD/ECDC), sediado na Suécia (Estocolmo) e que se prevê iniciar as suas actividades em Maio deste ano.

A nova directora do CEPCD ocupou o cargo de directora da OMS/Europa durante 11 anos, até ser convidada para ocupar o cargo de Secretária de Estado do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais e da Família da Hungria em 2002.

Esta nova agência da União Europeia visa o reforço das defesas europeias relativamente a epidemias e outras ameaças à saúde das populações.

ACONTECEU NO CRSPC...

Promoção da Segurança de crianças e jovens discutidas em Coimbra

Realizou-se no passado dia 24 de Fevereiro de 2005 no auditório da Escola Superior de Enfermagem Bissaya-Barreto/Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra o colóquio temático “Promoção da segurança de crianças e jovens – prevenção de acidentes”.

Organizado pelo CRSPC e inserido no *Ciclo de Reflexões em Saúde Pública*, teve como destinatários profissionais de saúde e profissionais da área da educação. Estas iniciativas do CRSPC já são uma referência para os profissionais de saúde da Região, tendo contado com um número de inscritos superior a 300 pessoas oriundos de vários pontos do País.

No final dos trabalhos, foi distribuído um Guia de Prevenção de Acidentes em CD.

LMA

Formação de Autoridades de Saúde – Juntas Médicas de Incapacidade

Realizou-se no passado dia 8 de Março, no Auditório do Instituto Português da Juventude, em Coimbra, uma sessão formativa versando a Tabela Nacional de Incapacidades, da responsabilidade do Dr. José Marques Neves (Adjunto do DRS do Centro e membro da Comissão Nacional de Acompanhamento de Avaliação de Incapacidade) e inserida no âmbito das actividades formativas do CRSPC.

Esta acção de formação (com a duração de 7 horas) teve como destinatários as Autoridades de

Saúde que integram Juntas Médicas de Avaliação de Incapacidade da Região, visando a actualização de conhecimentos e uniformização de critérios de avaliação.

Estiveram presentes, além do Delegado Regional de Saúde do Centro e Coordenador do CRSPC, Dr. José Tereso, cerca de 50 membros integrantes das Juntas Médicas Sub-regionais de Avaliação de Incapacidade Permanente, bem como o Dr. Miguel Galaghar, Delegado Regional de Saúde do Norte e Coordenador do CRSPNorte.

Esta acção despertou o maior interesse dos presentes, quer pela sua qualidade científica e metodológica (em termos de recursos didácticos) quer pela proficiência do prelector.

Face ao referido, será calendarizada futuramente uma nova sessão, alargada às restantes Autoridades de Saúde da Região que não integram, presentemente, as Juntas Médicas de Avaliação de Incapacidade.

LMA

Reunião de Delegados Regionais de Saúde

Realizou-se no passado dia 11 de Março uma reunião de trabalho presidida pelo Senhor Subdirector geral da Saúde e que contou com a presença dos Delegados Regionais de Saúde do Algarve, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Norte.

Nesta reunião foram discutidos aspectos relativos ao funcionamento dos Centros Regionais de Saúde Pública, bem como a realização do *I Fórum Ibérico sobre Gripe* – que terá lugar em Junho nas cidades de Madrid e de Coimbra (sessões “gémeas”).

Cabe ao Dr. José Tereso, coordenador do CRSPC, a coordenação do secretariado da edição portuguesa deste Fórum – que decorrerá em Coimbra, no dia 30 de Junho.

LMA

AGENDA

Fórum GESTÃO DE RESÍDUOS HOSPITALARES – PRESENTE E FUTURO

Data de realização:

15 de Abril de 2005

Local de realização:

Pombal - Auditório do Cine Teatro

Organização:

Centro de Saúde de Pombal/Serviço de Saúde Pública (informações: telefone 236 200 970)

Destinatários:

Profissionais e estudantes das áreas da Saúde e do Ambiente

Objectivos:

Avaliação da implementação do PERH (desde 1999 até ao presente ano)

Perspectivas futuras em Gestão de Resíduos Hospitalares

Inscrições (prazo limite e local):

Até ao dia 8 de Abril de 2005 através do fax nº 236 200 973 ou por correio para Centro de Saúde de Pombal (Fórum “Gestão de resíduos hospitalares), Av. Heróis do Ultramar, 3100 Pombal.

Inscrições gratuitas mas limitadas à capacidade do Auditório (cerca de 150 lugares).

FORMAÇÃO EM CESSAÇÃO TABÁGICA

Data de realização:

27 de Abril, 4, 11, 18 e 25 de Maio de 2005

Local de realização:

Faculdade de Medicina de Lisboa

Organização:

Direcção-Geral da Saúde e Faculdade de Medicina de Lisboa

Destinatários:

Médicos de família (ou outros) com intervenção em cessação tabágica

Objectivos:

Sensibilização dos médicos de família geral para o problema do tabagismo;

Contribuir para aprofundar conhecimentos relativamente ao processo de mudança de comportamentos;

Identificar modelos de boas práticas de intervenção;

Incentivar a criação e o desenvolvimento de consultas de cessação tabágica.

Inscrições (prazo limite e local):

Em impresso próprio disponível no site da Direcção-geral da Saúde (www.dgsaude.pt) até 12 de Abril.

Colóquio ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E SAÚDE

Data de realização:

19 de Maio de 2005

Local de realização:

Coimbra - Auditório da Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra/Escola Superior de Enfermagem Bissaya-Barreto (junto ao Hospital Geral dos Covões)

Organização:

Centro Regional de Saúde Pública do Centro

Destinatários:

Profissionais das áreas da Saúde e do Ambiente

Objectivos:

Reflexão sobre os impactos combinados das alterações climáticas

Inscrições (prazo limite e local):

Até ao dia 17 de Maio de 2005 através do fax nº 239 483 077 ou por correio para o CRSPC (impresso próprio)

Inscrições gratuitas mas limitadas à capacidade do Auditório.

LEITURAS ACONSELHADAS

Título: *De Alma a Harry – crónica da democratização da saúde*

Autor: Constantino Sakellarides

Edição: Almedina

Local de publicação: Coimbra, Janeiro de 2005

ISBN: 972-40-2442-3

Comentários: Da autoria do Professor Constantino Sakellarides, “De Alma [Ata] a Harry [Potter]” é um interessante ensaio sobre o processo de democratização dos cuidados de saúde em Portugal, iniciado por personalidades como Arnaldo Sampaio e Gonçalves Ferreira, passando por João dos Santos e Torrado da Silva.

De permeio, a criação em 1979 do Serviço Nacional de Saúde, precedida pela notável Reforma de 1971-72, da responsabilidade do então Secretário de Estado da Saúde e Assistência Prof. Gonçalves Ferreira.

No seu estilo eloquente mas acessível, o Autor reflecte sobre as transformações sociais e políticas dos últimos

Saúde Pública ao Centro

N.º 2 ◆ Janeiro - Março de 2005



35 anos, enquadrando-as na sua vivência pessoal e profissional. Eloquente é o panorama do Portugal do início dos anos 70 dado pelo Prof. Sakellarides, em contraponto com a actualidade: “Em 1970, em Portugal só cerca de um terço dos partos tinham lugar num hospital – hoje praticamente todos os partos acontecem no hospital. Nessa altura, por cada mil crianças que nasciam vivas, cerca de sessenta não sobreviviam ao primeiro aniversário – hoje este número está reduzido a cerca de cinco”.

Trata-se duma obra imprescindível a todos quantos se preocupam em reflectir sobre os problemas de saúde em Portugal e no Mundo, e em particular a todos aqueles que reconhecem na Saúde Pública - enquanto corpo organizado do conhecimento - um instrumento “catalisador” de mudança.

LMA

Título: *Avian influenza – assessing the pandemic threat (pre-publication) [Gripe aviária – avaliação do risco pandémico (pré-publicação)]*

Categoria: *Monografia*

Número de páginas: 62

Autoria e edição: *Organização Mundial da Saúde*

Data e local de publicação: *Janeiro de 2005*

Depósito: *versão em PDF disponível no CRSPC*

Comentários: Esta monografia, elaborada pela OMS em Janeiro de 2005, aborda um tema da maior pertinência, actualidade e impacto em saúde pública: a gripe aviária (provocada pelo vírus *influenza* H5N1). Infelizmente, só está disponível em Inglês, o que pressupõe o domínio desta língua.

De acordo com a OMS, a emergência duma pandemia de gripe é inevitável nos próximos tempos, uma vez que todas as condições - excepto uma: a transmissibilidade inter-humana sustentável - estão cumpridas.

Esta obra está dividida em 4 capítulos: o 1º capítulo aborda a questão da inevitabilidade da pandemia, enquanto que o 2º capítulo, de “epidemiologia histórica/sero-epidemiologia”, descreve as várias pandemias (de 1918 até 1968), o seu impacto em termos de morbimortalidade e as medidas de prevenção e controlo (bem como a sua efectividade).

O 4º e último capítulo é do maior interesse para Autoridades de Saúde e médicos de saúde pública; de facto, cabe às Autoridades de Saúde a promoção duma resposta apropriada mediante a implementação e coordenação das medidas de controlo.

Em conclusão: recomenda-se, vivamente, a médicos de Saúde Pública e Autoridades de Saúde, pela pertinência do tema e pela clareza do texto.

LMA

Título: *Referência – revista de educação e formação em Enfermagem*

Categoria: *Publicação periódica (semestral)*

Edição: *Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*

Local de publicação: *Coimbra*

ISSN: 0874.0283

Comentários: Editada pela Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca, de Coimbra, a “Referência” faz juz ao nome em termos de qualidade gráfica e de conteúdos.

Apresenta, além dos artigos científicos, uma interessante rubrica intitulada “fichas técnicas” que aborda aspectos mais práticos, do dia-a-dia dos profissionais de enfermagem - caso da vacinação, abordada no número 12 (Novembro de 2004) pela professora da ESEAF Enf. Helena Loureiro, no seu artigo “Eficácia em vacinação: elementos essenciais na prática de enfermagem”.

Trata-se duma revista que reflecte aquilo que de melhor é feito no âmbito dos cuidados de enfermagem no nosso País.

LMA

Título: *Understanding vaccines – what they are; how they work [Compreendendo as vacinas: o que são e como actuam]*

Categoria: *Monografia*

Número de páginas: 55

Edição: *Ministério da Saúde e Assistência dos EUA [US Department of Health and Human Services]*

Depósito: *CRSPC – versão em PDF*

Comentários: Esta monografia, ainda que dirigida ao público em geral, não deixa de ser um texto relevante para profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) pela forma clara e precisa com que aborda uma área da maior relevância em Saúde Pública – a Vacinologia.

Da autoria do Ministério da Saúde dos EUA (Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas), este texto apresenta uma elevada qualidade científica e comunicacional (incluindo grafismo) - traduzida pela

forma precisa e elucidativa com que são explicados os aspectos essenciais da vacinologia.

Pode ser descarregado a partir do endereço www.niaid.nih.gov/publications/vaccine/pdf/undvac.c.pdf (site do *National Institutes of Health* dos EUA).

Pelo seu didactismo – e caso a Direcção-Geral da Saúde entenda promover a sua tradução para Português – seria uma obra a incluir obrigatoriamente na biblioteca de qualquer instituição de cuidados de saúde primários. Recomenda-se vivamente a enfermeiros e médicos da área dos cuidados primários.

LMA

EDIÇÕES DO CRSPC

- “PROMOÇÃO DA SEGURANÇA DE CRIANÇAS E JOVENS - PREVENÇÃO DE ACIDENTES” (Fevereiro, 2005 - versão em CD)

Esta versão em CD - distribuída quando do Encontro promovido pelo CRSPC e que decorreu em Coimbra, no dia 24 de Fevereiro - foi elaborada pelo Grupo de Trabalho Regional sobre Prevenção de Acidentes, abordando as estratégias de prevenção dos acidentes dos 0 aos 18 anos. Encontram-se disponíveis exemplares nos Serviços de Documentação das várias sub-regiões de saúde.

- “SEGURANÇA HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO” (versão editada em 2004 em CD)

Este CD inclui um conjunto de documentos elaborados pelo CRSPC/Programa Regional de Saúde Ocupacional, sendo de destacar o documento intitulado “Exposição accidental a material potencialmente contaminado - protocolo de actuação” e o “Protocolo de orientação no uso de antissépticos, desinfectantes e produtos de limpeza”.

SITES DE INTERESSE EM SAÚDE PÚBLICA

Site: *EISS*

Endereço: www.eiss.org

Instituição e país de origem: *European Influenza Surveillance Scheme*

Língua: Inglês

Outras línguas disponíveis: Português, Francês, Castelhanu e Italiano

Comentário: Trata-se dum *site* da maior pertinência para médicos de Saúde Pública em geral e Autoridades de Saúde em particular, atendendo à ameaça global que se avizinha: a gripe aviária.

Este *site* é da responsabilidade da *European Influenza Surveillance Scheme*, instituição financiada pela União Europeia, que pretende contribuir para a redução da morbimortalidade por gripe, através da troca e difusão de informação relativa à infecção por vírus *influenza* em tempo útil, bem como do reforço da investigação (epidemiológica e laboratorial) e a agregação dos dados nacionais e sua interpretação.

De referir o Plano Pandémico Europeu, publicado em 2004, e disponível no *site* da Comissão Europeia.

A instituição nacional que integra esta rede europeia é o INSA, representado pela Dr^a Isabel Marinho Falcão e pela Dr^a Helena Rebelo de Andrade, virologista deste Instituto.

Não obstante se tratar dum *site* sóbrio – sobretudo do ponto de vista gráfico – contém informação do maior interesse relativamente à gripe, nomeadamente actualizações (*updates*) relativos a informação epidemiológica e laboratorial na área geográfica europeia. Além do mais, possibilita ligações a outros *sites* como é o caso do *site* da *Eurosurveillance*.

Infelizmente, a quase totalidade dos seus conteúdos é em Inglês, havendo apenas alguns documentos disponíveis em Português.

LMA

Site: *OIE*

Endereço: www.oie.int

Instituição e país de origem: *World Organisation for Animal Health/Organisation Mondiale de la*

Santé Animale/Organización Mundial de Sanidad Animal

Língua: Inglês, Francês e Castelhana (“español”)

Comentário: Na sequência do *site* anterior (relativo à gripe humana) apresentamos este *site* da congénere da OMS para a saúde animal – a OIE, sediada em Paris.

Trata-se dum *site* igualmente sóbrio, mas que despertou a nossa atenção no decurso da ameaça para a saúde pública humana que é a gripe aviária.

Apresenta a enorme vantagem de ser trilingue - os seus conteúdos estão disponíveis, não só em Inglês (como é usual) mas também em Francês e em Castelhana – o que permite alargar o leque dos seus utilizadores (nomeadamente médicos veterinários, médicos de saúde pública, técnicos de fiscalização da qualidade alimentar/área animal, engenheiros alimentares, etc.).

De salientar as recomendações relativas ao controlo da gripe nas aves, bem como as mais recentes publicações no âmbito da veterinária referentes a esta ameaça global à saúde humana.

LMA

Site: OPSS

Endereço: www.observport.org/OPSS/

Instituição e país de origem: *Observatório Português dos Sistemas de Saúde, Portugal*

Língua: Português

Outras línguas disponíveis: Inglês

Comentário: Este *site*, da responsabilidade do Observatório Português dos Sistemas de Saúde, instituição da maior relevância em investigação em cuidados de saúde e em Planeamento em Saúde, permite a navegação livre do cibernauta mediante um sistema de créditos.

O registo inicial - que prevê o envio de uma *newsletter* - atribui 1000 créditos ao recém-inscrito, que poderão ser usados nas diversas funcionalidades do *site*, incluindo o seu módulo de pesquisa.

Encontra-se dividido em 4 áreas temáticas: “governança”, “mediação”, “cidadão” e “prestação” [de cuidados]. Aconselha-se a todos aqueles que se interessam por áreas como a qualidade dos serviços de saúde e a gestão e planeamento em saúde, por exemplo.

LMA

OPINIÃO

Vida saudável no local de trabalho

José António Coimbra

Enfermeiro de Saúde Comunitária
CS de Tábua (SRS de Coimbra) e CRSPC

A saúde, enquanto fenómeno multidimensional, é determinada pelo equilíbrio dinâmico entre os variadíssimos factores, internos e externos ao indivíduo, entre os quais podemos incluir o local de trabalho.

“O local de trabalho influencia a saúde e a doença de várias formas. O trabalho pode provocar alterações de saúde, quando os trabalhadores exercem actividades em condições lesivas para a saúde, se as capacidades individuais disponíveis são inadequadas, ou se o suporte mútuo dos colegas é insuficiente. No entanto, o trabalho pode ser fonte de desenvolvimento pessoal e reforçar as competências e as capacidades individuais”. (Declaração do Luxemburgo sobre Promoção da Saúde no Local de Trabalho na União Europeia).

Recentemente, as alterações verificadas nos padrões de vida, no trabalho e nos tempos livres, têm tido alguns impactos negativos na saúde dos indivíduos, pelo que importa inverter esta situação adoptando estratégias de promoção de saúde capazes de gerar condições de vida e de trabalho seguras, estimulantes, satisfatórias e agradáveis.

Este investimento na Promoção da Saúde no Local de Trabalho através da dinamização de actividades que levem à adopção de comportamentos e estilos de vida saudáveis, traduzir-se-á em ganhos na saúde da população trabalhadora, repercutindo-se positivamente no desempenho e no bem-estar dos profissionais e das organizações, na redução do nível de absentismo, na melhoria da satisfação profissional e na qualidade dos serviços produzidos.

Face aos desafios que hoje se colocam à sociedade e ao cidadão em particular, vive-se um período de grande transformação e mudança, em que a globalização, o desemprego, o aumento do uso das novas tecnologias da informação, as mudanças nos modelos de emprego, o envelhecimento da população, entre outros, acarretam para as organizações níveis de competitividade e métodos laborais que não se

Saúde Pública ao Centro

N.º 2 ◆ Janeiro - Março de 2005



coadunam com estilos de vida favoráveis aos trabalhadores que as sustentam. Para que as mesmas tenham sucesso, terão que dispor de trabalhadores qualificados, motivados e, essencialmente, saudáveis.

Para tal, a promoção da saúde, enquanto “processo que visa aumentar a capacidade dos indivíduos e das comunidades, para controlar a sua saúde no sentido de a melhorar”, (Carta de Ottawa, OMS, 1986), é a chave para o indivíduo ou grupo atingir um completo bem-estar físico, mental e social, e o capacite a identificar as suas aspirações, a satisfazer as suas necessidades e a modificar ou adaptar-se ao meio, entendendo a saúde como um recurso para a vida e não uma finalidade de vida.

Conforme a Declaração de Jacarta (1997), “os trabalhos de investigação e o estudo de casos efectuados em todo o mundo fornecem elementos que atestam que a promoção da saúde tem uma eficácia real”, podendo esta, “desenvolver e mudar os estilos de vida, assim como as condições sociais, económicas e o ambiente que determinam a saúde”, sendo ainda, “uma forma concreta de obter mais equidade em saúde”, reduzindo as desigualdades existentes nos níveis de saúde das populações e assegurando a igualdade de oportunidades e de recursos.

Para que possam promover a sua saúde, enquanto cidadãos, torna-se necessário que os mesmos tenham acesso à informação, estilos de vida e oportunidades que lhes permitam escolher opções saudáveis e controlar os factores que a determinam, isto é, as populações não podem realizar totalmente o seu potencial de saúde, sem que sejam capazes de controlar esses mesmos factores.

Com o objectivo de contribuir para a melhoria da saúde dos profissionais de saúde, enquanto trabalhadores, através do desenvolvimento de competências facilitadoras de comportamentos de vida saudáveis e de bem-estar físico e psíquico, decidiu o Centro Regional de Saúde Pública do Centro efectuar a caracterização e o estudo da percepção de saúde e expectativas em matéria de saúde no trabalho a nível dos trabalhadores dos Cuidados de Saúde Primários da região Centro, de forma a identificar as suas necessidades e assim desenvolver actividades e estratégias de promoção da saúde adequadas, nos locais de trabalho.

Para tal, começou-se por seleccionar como população alvo os trabalhadores da Sub-Região de Saúde de Coimbra e como metodologia de recolha de informação, a utilização do questionário “*Necessidades, expectativas e preferências em matéria de saúde no trabalho*”,

(da autoria do Prof. Luís Graça, com a respectiva autorização e adaptação para a nossa população) aplicado a um conjunto aleatório de Centros de Saúde da Sub-Região de Saúde de Coimbra, agrupados segundo as suas características rurais e urbanas, o que permitiu obter uma amostra de 383 inquiridos, representando assim cerca de 20% da população total.

O estudo revelou resultados por nós esperados, reflectindo a necessidade de implementar estratégias de promoção da saúde, pois 61,4% da população sente necessidade de melhorar a sua saúde, 80% sente necessidade de reduzir o stress no local de trabalho, sendo também identificados os problemas de saúde mais comuns, relacionados ou agravados pelo trabalho (stress – 52%; dores osteomusculares – 50%), bem como os factores de risco para a sua saúde e bem-estar (contrair doença por contágio - 35%; sobrecarga de trabalho - 33,6%; posturas corporais – 33%).

Hábitos alimentares inadequados, inactividade física e excesso ponderal são também alguns dos factores de risco identificados pelas respostas, estando actualmente, como sabemos, entre as principais causas para o aparecimento das doenças crónicas não transmissíveis, aumento das taxas de mortalidade e impacto profundo nas despesas globais com a saúde.

O estudo permitiu ainda identificar estratégias, actividades ou iniciativas de promoção da saúde que, na perspectiva dos trabalhadores, se revelam as mais adequadas para satisfazer as suas necessidades em matéria de saúde, e que, tendo por base as evidências científicas actuais, e também o Relatório Mundial da Saúde 2002 da OMS, se traduzem em ganhos em saúde para a população e diminuição dos gastos com o tratamento das correspondentes doenças.

Este será o ponto de partida para o desenvolvimento de actividades de promoção da saúde no local de trabalho na Sub-Região de Saúde de Coimbra, através da implementação de um projecto de intervenção alicerçado nas prioridades definidas pelos seus trabalhadores.

Prevê-se a conclusão do relatório final até Junho de 2005, de seguida será feita a apresentação e divulgação da análise dos resultados e respectivos planos de acção. Pretende-se ainda com este estudo incentivar e sensibilizar os restantes responsáveis sub regionais da ARS Centro, bem como, encontrar parceiros de colaboração (por exemplo, os Centros de Cultura e Desporto ou outras associações de trabalhadores), alargando deste modo o leque de oportunidades à disposição de todos os trabalhadores, para que sejam capazes de desenvolver todo o seu potencial de saúde,

optimizando a sua capacidade em tomar as decisões mais correctas e saudáveis para a sua saúde, assumindo desta forma o controlo sobre os factores que a determinam.

ACTUALIDADES LEGISLATIVAS

Portaria nº 1421/2004 de 23 de Novembro - campos electromagnéticos

Isabel Lança

Engenheira do Ambiente

Assessora do Coordenador do CRSPC

i.lanca@arscentro.min-saude.pt

A fixação de níveis de referência relativos à exposição da população a campos electromagnéticos (CEM) – 0 Hz-300 GHz – constitui o âmbito da portaria, que transpõe para o direito nacional a Recomendação do Conselho nº 1999/519/CE, que estabelece o quadro de restrições básicas e níveis de referência tendo como pressuposto a necessidade de protecção da saúde pública, com base nos melhores dados e orientações científicas actualmente disponíveis.

O que são campos electromagnéticos?

O movimento de cargas eléctricas num metal condutor (como uma antena de emissão de rádio ou TV) origina ondas de campos eléctrico e magnético (denominadas ondas electromagnéticas EM) que se propagam através do espaço vazio à velocidade c da luz ($c = 300\,000\text{ Km/s}$) tal como na figura seguinte:

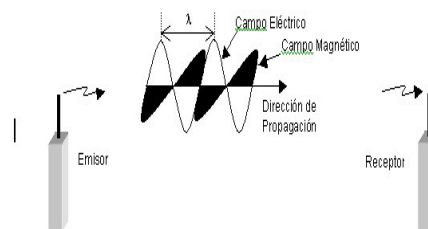


Figura 1. A antena emissora estabelece ondas de campos eléctrico e magnético que se propagam à velocidade da luz através do espaço livre até à unidade receptora (ref. bib. 1)

Quando numa região do espaço existe uma energia electromagnética, designa-se por campo electromagnético (CEM), caracterizando-se pela grandeza Intensidade, expressa em Volt/metro.

Saúde Pública ao Centro

N.º 2 ◆ Janeiro - Março de 2005



O espectro electromagnético é alargado e esquematicamente pode ser representado de acordo com a Figura 2.

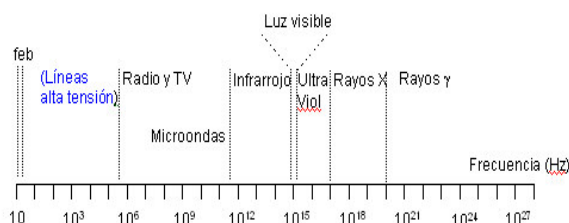


Figura 2. Representação do espectro electromagnético, com todas as formas de radiação, desde frequências extremamente baixas (feb) até aos raios gama (ref. bib. 1)

CEM

As radiações associadas à gama de frequências em que funcionam os telemóveis e antenas – as chamadas radiofrequências (800 MHz a 2 GHz), fazem, assim, parte do espectro da radiação electromagnética não ionizante, isto é, a energia que lhes está associada não é suficiente para provocar a destruição da estrutura do material biológico.

As fontes com origem humana que emitem a maioria dos campos de radiofrequências presentes no nosso ambiente, distribuem-se da seguinte forma:

- I. **espaço domiciliário** – microondas, telemóveis, alarmes de segurança, rádios, televisões e aparelhos de vídeo;
- II. **espaço profissional** – sistemas de aquecimento industrial, indústrias de radiodifusão, transporte e comunicação militares, equipamentos de diatermia médica para tratar a dor e a inflamação e instrumentos electrocirúrgicos. Há o perigo da exposição excessiva dos profissionais que operam com estes sistemas, mas a este nível de exposição há já regulamentação específica;
- III. **espaço público** – emissores rádio ou televisão, radares, equipamentos de comunicação de forças de segurança e táxis, sistemas de telecommando. Níveis mais elevados de campos de radiofrequências podem ocorrer em áreas localizadas perto de locais onde estão sediadas grande número de antenas ou sistemas de radar.

A nível internacional, a Comissão Internacional para a Protecção contra as Radiações Não Ionizantes (ICNIRP) definiu um conjunto de limites básicos de

exposição a campos electromagnéticos, tanto para a população em geral como para os trabalhadores.

Os níveis de exposição são baseados em valores a partir dos quais se verifica a ocorrência de efeitos adversos na saúde. A observância destes valores, que têm como pressuposto a necessidade de protecção da saúde pública, irá garantir um elevado nível de protecção em relação aos efeitos comprovados sobre a saúde, susceptíveis de resultar da exposição a campos electromagnéticos.

Com base nessas normas, o Conselho da União Europeia (UE) elaborou a Recomendação nº 1999/519/CE de 12 de Julho, relativa à limitação da exposição da população aos campos electromagnéticos (0 Hz-300 GHz) para a população em geral.

Portaria nº 1421/2004 de 23 de Novembro

Transpõe a referida recomendação do Conselho, bem como os níveis de referência e as restrições base relativas à exposição aos campos electromagnéticos, os quais devem ser adoptados no funcionamento das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações.

O decreto-lei nº 11/2003 de 18 de Janeiro, regula a autorização municipal inerente à instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios, definidas no decreto-lei nº 151-a/2000 de 20 de Julho (ref. bib. 2).

A intervenção dos serviços de saúde pública está prevista no decreto-lei 11/2003, na medida em que pode vir a ser solicitado o parecer pela autarquia no âmbito do licenciamento – nos termos do artigo 6º.

Torna-se essencial o conhecimento de níveis de referência e das restrições base para uma correcta apreciação dos projectos de autorização municipal das estações de radiocomunicações por parte dos serviços de saúde pública.

Considerando que se torna necessário estabelecer uma uniformidade de critérios no que se refere à intervenção dos serviços de saúde pública nesta matéria, com base no decreto-lei nº 11/2003 de 18 de Janeiro, em complemento e para esclarecimento da presente portaria, a Direcção Geral da Saúde elaborou e divulgou a **circular normativa nº 19/DSA de 24/09/2004** e a **circular informativa nº 68/DSA de 27/12/2004**.

A consulta das circulares encontra-se disponível no *site* da Direcção-Geral da Saúde, bem como outra informação sobre CEM, devendo ser pesquisada através dos seguintes passos: saúde ambiental/áreas de intervenção/radiações/radiações não ionizantes.

Referências bibliográficas:

1. *Campos electromagnéticos y salud pública: informe técnico elaborado por el comité de expertos*. Subdirección General de Sanidad Ambiental y Salud Laboral. Dirección General de Salud Pública y Consumo. Ministerio de Sanidad y Consumo.
2. Circular normativa nº 19/DSA de 24/09/2004. Direcção-Geral da Saúde.
3. Circular informativa nº 68/DSA de 27/12/2004. Direcção-Geral da Saúde.
4. *Campos electromagnéticos*. OMS (assessores científicos: Dr. Philip Cahdwick e dr. Zenon Sienkiewicz)

Em debate:

LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA: que futuro?

Fernando Lopes

Médico de Saúde Pública
Adjunto do Coordenador do CRSPC
f.lopes@arscentro.min-saude.pt

Os laboratórios de saúde pública (LSP) têm ao longo da sua existência prestado um serviço inestimável à comunidade, através do apoio e participação em diversos programas de saúde, particularmente de saúde pública, contribuindo desta forma para a melhoria do bem-estar e da saúde da população.

Porém, nestes últimos anos, por razões de vária ordem, intrínsecas e extrínsecas aos próprios laboratórios e aos serviços de saúde, assistiu-se a uma aparente diminuição progressiva da notoriedade na sua relevância, apesar da enorme importância que continuam a ter.

A perda de algumas valências, nomeadamente as relacionadas com a execução de análises de produtos biológicos e de aplicação à clínica, a diminuição progressiva (na maioria dos LSP) do investimento em instalações, equipamentos e recursos humanos e o atraso na qualificação/acreditação dos laboratórios são indicadores inequívocos desta situação desfavorável.

Simultaneamente foi-se esbatendo a tradicional e desejável relação funcional entre os LSP e o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA), que fora muito intensa e diversificada nos anos 70 e 80, abrangendo áreas tão diferentes como a capacitação dos técnicos a diferentes níveis, o planeamento da instalação e do equipamento dos LSP ou a harmonização metodológica inter-laboratorial.

Actualmente os LSP têm a sua actividade voltada essencialmente para a realização de análises do foro ambiental, apoiando sobretudo a vigilância e controlo da qualidade físico-química e microbiológica de diferentes tipos de água (de consumo humano, recreativa, mineral natural, de hemodiálise) realizando alguns deles, secundariamente, análises de alimentos (microbiologia), de produtos biológicos (micobactérias, rastreio de hemoglobinaspatias, rastreio de VIH/SIDA, etc) e/ou ambientais (poluição do ar e ruído).

Saúde Pública ao Centro

N.º 2 ◆ Janeiro - Março de 2005



Hoje em dia, porém, associados ao desenvolvimento e globalização, para além das questões de origem ambiental que continuam na ordem do dia, impuseram-se como desafios de maior transcendência novos padrões de doença que os serviços de saúde se vêem obrigados a enfrentar e cujo apoio laboratorial é fundamental.

O aumento da esperança de vida e o envelhecimento das populações têm contribuído para o aumento significativo das doenças crónico-degenerativas e o espectro de doenças infecciosas modificou-se muito ultimamente. Nas duas últimas décadas foram identificadas mais de uma vintena de doenças emergentes, onde então incluídas a SIDA, a SARS a gripe aviária a Doença de Creutzfeldt Jakob. Simultaneamente outras doenças que julgávamos controladas estão a re-emergir de que é exemplo a tuberculose. O crescente aumento da resistência aos antibióticos constitui outro não menos importante e emergente problema de saúde, bem como o bioterrorismo.

Ações concertadas de vigilância e investigação epidemiológica, investimento, reforço e reorientação das infraestruturas da saúde (incluindo os laboratórios) enfoque da intervenção dos serviços de saúde na promoção da saúde e na prevenção e controlo da doença são sem dúvida o caminho para o sucesso.

O futuro dos LSP deve ser analisado e projectado tendo como base a metodologia do planeamento estratégico. É necessário definir claramente o seu âmbito de intervenção e os seus objectivos, tendo presente padrões de eficiência e de qualidade e considerando que se pretendem desenvolver actividades laboratoriais pertinentes à concretização dos planos de saúde pública locais, regionais e nacionais.

É essencial e urgente criar condições para que os laboratórios de saúde pública se articulem entre si e com o INSA numa rede coerente, organizada segundo princípios de complementaridade e de subsidiariedade, tendo em conta o seu grau de complexidade e diferenciação bem como a capacidade instalada e características de cada laboratório.

Do INSA espera-se um papel fundamental na assistência e colaboração com os LSP em áreas diversas, nomeadamente: na formação de recursos humanos; assessoria técnico-científica (normalização metodológica, selecção de equipamento laboratorial e no estabelecimento de um sistema integrado de melhoria da qualidade, ambiente e segurança visando a

acreditação); execução de ensaios laboratoriais complementares de segunda linha (diferenciados); participação em programas de avaliação externa da qualidade; colaboração e partilha de projectos de investigação de interesse comum; avaliação do funcionamento e da eficiência dos laboratórios de saúde pública.

Por outro lado deve ser clarificada a forma de relacionamento dos LSP com os Centros Regionais de Saúde Pública (CRSP) e as Sub-regiões de Saúde (SRS). Efectivamente, os CRSP integram os LSP da Região de Saúde respectiva, mas na prática estes continuam a depender administrativa e financeiramente de seis SRS diferentes, situação que não facilita o desenvolvimento dos laboratórios e a sua articulação por, nalguns casos, se colocarem questões pertinentes relativas ao pagamento de serviços e ao seu financiamento.

Finalmente cabe assumir e por em prática as acções correspondentes às responsabilidades que cada instituição/serviço possui nesta área, actuando de forma concertada e em sinergia:

- A Direcção Geral da Saúde, no âmbito da sua missão de desenvolvimento de uma visão estratégica da evolução do sistema de saúde, em coordenação com o INSA e estreita colaboração com os CRSP, deve promover e empenhar-se na organização de uma estrutura laboratorial nacional integrada, essencial para a concretização do plano nacional de saúde.

- Aos CRSP cabe elaborar e implementar propostas concretas para o desenvolvimento, a qualificação e a articulação entre os LSP da Região respectiva e destes com o INSA.

- O INSA, para além das áreas de assistência já referidas anteriormente, deve participar no desenvolvimento das funções laboratoriais, de forma a orientar, apoiar e assegurar a cobertura laboratorial nacional nos ramos de actividade com interesse para a saúde pública.

- Às ARS e SRS cabe, de forma efectiva e empenhada, participar na implementação, dos projectos ou protocolos de articulação e de desenvolvimento que vierem a ser aprovados, criando condições administrativas e económicas que facilitem e potenciem os objectivos da rede laboratorial.

Nunca como agora o apoio laboratorial se sentiu como um factor tão imprescindível e tão premente para fundamentar cientificamente a tomada de decisões numa estratégia de promoção e defesa da

saúde da população e de prevenção e controlo da doença.

É urgente decidir e agir!

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

O *Boletim do CRSPC* aceita para publicação artigos de revisão e de investigação (publicados em separata científica), na área da Saúde Pública e áreas afins, bem como artigos de opinião e cartas ao Director.

Os **artigos originais** submetidos para publicação, serão submetidos a apreciação prévia pelo Conselho Redactorial, que poderá solicitar os pareceres científicos necessários junto da Assessoria Científica – exceptuam-se os artigos de opinião e as cartas ao Director, desde que pautados pela civilidade e pertinência.

Os artigos devem ser estruturados da seguinte forma, não devendo ultrapassar 12 páginas a 2 espaços: 1. Página de título; 2. Resumo; 3. Introdução; 4. Material e métodos; 5. Resultados; 6. Discussão; 7. Bibliografia; 8. Legendas; 9. Figuras; 10. Quadros.

A *página de título* deve conter, além do título (e, eventualmente, sub-título) sem abreviaturas, elucidativo e conciso, a identificação do autor (nome profissional), serviço ou instituição onde exerce e contactos (nomeadamente *e-mail*).

O *resumo*, em português e em inglês, não deve ultrapassar as 200 palavras. A redacção encarrega-se, caso seja solicitado, de traduzir o resumo para inglês.

A *bibliografia* deve obedecer à norma de Vancouver e deve ser referenciada por ordem de aparecimento no texto em numeração árabe (superior à linha).

Os originais dos artigos, escritos em português ou inglês, devem ser enviados em disquete de 3,5” acompanhados de 1 cópia impressa enviada para Centro Regional de Saúde Pública do Centro, Rua Augusta, 27-1º 3000-061 Coimbra ou por correio electrónico para o endereço boletim.crspc@arscentro.min-saude.pt.